

Mariana Brasil

**IMPACTOS NA
COMUNICAÇÃO
POLÍTICA**

As eleições presidenciais do Brasil de 2022 foram atravessadas por discussões sobre desinformação, com intensos sinais de erosão da integridade do ecossistema informacional. No entanto, a tecnologia de deepfakes ainda era incipiente. O presente artigo visa analisar o avanço desta ferramenta desde aquele momento político até 2025 e refletir possíveis impactos da Inteligência Artificial Generativa (IAG) no futuros dos usos políticos neste meio-tempo.

Deepfakes versus governo Lula

Entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisou se manifestar diante da disseminação de conteúdos, produzidos com deepfake, relacionados à imagem do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Um primeiro material, de outubro de 2024, emulava a imagem do ministro falando sobre o resgate de dinheiro esquecido em contas bancárias¹. O acesso ao link suspeito direcionava o usuário à uma simulação das páginas oficiais do Governo Federal e solicitava dados de login da plataforma Gov.Br. A partir desse ponto, o site cobrava uma taxa pelo resgate de depósitos bancários esquecidos.

O vídeo aproveitava-se de um fato real que ocorria no período, a abertura do prazo para resgatar dinheiro esquecido em contas por meio do Sistema de Valores a Receber do Banco Central. O site verdadeiro para os resgates não cobrava taxas.

Já um segundo material, identificado por volta de janeiro de 2025, utilizava a imagem do ministro para citar uma falsa tributação a grávidas por conta de acompanhamento pré-natal².

O material também citava a criação de um imposto sobre animais de estimação. No vídeo, produzido sinteticamente, o Ministro da Fazenda Fernando Haddad afirmaria que “Nosso plano é taxar tudo. Tudo. Tudo. Esse ano teremos imposto do cachorrinho de estimação. Se ele é da família, temos que arrecadar sobre ele também.

¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/10/video-falso-de-ministro-haddad-e-simulacao-de-site-do-governo-conduzem-pessoas-a-cairem-em-golpe>> Acesso em 7 set. 2025

² Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2025/01/video-criado-por-ia-simula-ministro-haddad-anunciando-impostos-que-nao-existem>> Acesso em: 16 ago. 2025

É justo. Imposto pré-natal. Ficou grávida já tem que começar a pagar imposto para o hospital. Imposto das bets. Se perdeu o prejuízo é seu, se ganhar o lucro é nosso. Mas é tudo pro bem do nosso povo. Brasileiro gosta de um imposto novo também, né? Todo mundo sabe: imposto e big brother é a nossa paixão.”



Captura de tela do vídeo com deepfake usado para golpe de resgate de dinheiro retido.

A tese era uma deturpação da Lei nº 15.046/2024, que originalmente autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos. A legislação não prevê pagamento de taxa ou de imposto para o cadastro, que reúne informações relativas aos animais de estimação, sua saúde e seus donos.

O debate público sobre a política tributária

Este uso da imagem de Haddad foi um dos conteúdos falsos envolvendo ações governamentais que foram propagados na época. Especificamente, o vídeo em questão estava inserido em um contexto posterior à “taxa da blusinha”³, como ficou conhecida o Programa Remessa Conforme através da lei 14902/2024, e de uma série de notícias falsas relativas a uma suposta tributação do Pix, método de pagamento instantâneo e gratuito, por parte do governo federal – o que nunca ocorreu.

³ Abvtex: "Taxa das blusinhas" não tirou varejo brasileiro da mira chinesa. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/abvtex-taxa-das-blusinhas-nao-tirou-varejo-brasileiro-da-mira-chinesa/>>. Acesso em 14 out. 2025.

O Pix é um sistema de pagamento desenvolvido pelo Banco Central do Brasil. Somente em 2024, ele foi responsável pelo montante R\$63,8 bilhões de transações em operações financeiras, segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos)⁴.

As propagações das notícias falsas em torno do tema começaram meses depois de o governo brasileiro publicar a Instrução Normativa 2.219 de 17 de setembro de 2024⁵, que ampliava o monitoramento de transações bancárias realizado pela Receita Federal. Conforme o Planalto informou à época, a Receita atualizou o sistema de coleta de informações existente há mais de 20 anos pela necessidade de atualizar regras de controle fiscal frente ao surgimento de inovações tecnológicas, citando diretamente o Pix.

As notícias falsas também surfaram em um temor prévio da população após a chamada “taxação das blusinhas”, determinada pelo governo. A Lei nº 14.902/2024 estabelecia a taxação de compras internacionais e teve uma repercussão negativa. Pesquisa de março deste ano feita pela AtlasIntel em parceria com a Bloomberg mostrou que 64% dos entrevistados consideraram a taxa das blusinhas o maior erro da administração de Lula.

O episódio teve repercussões políticas. A partir da disseminação das desinformações sobre a IN, o caso foi utilizado por membros da oposição do governo como ferramenta de mobilização e engajamento via redes sociais.

O principal representante da pauta nas redes foi o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que gravou um vídeo explicando o caso e referia-se à ampliação da fiscalização decretada pelo governo como uma "quebra de sigilo mascarado de transparência"⁶. O parlamentar dizia ainda "não duvidar" que o sistema de pagamento pudesse ser tributado no futuro, e argumentava que possíveis impactos das mudanças nas regras reverberariam, sobretudo, em profissionais autônomos e MEIs (microempreendedores individuais).

⁴ Disponível em <<https://portal.febraban.org.br/noticia/4290/pt-br/>> Acesso em 13 out. 2025

⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/nova-norma-da-receita-federal-preserva-rotina-de-trabalhadores-e-fortalece-combate-a-crimes-financeiros>>

⁶ RIBEIRO, Andrei. Vídeo de Nikolas Ferreira sobre fiscalização do Pix viraliza em meio a onda de fake news. Folha de S.Paulo, São Paulo, 15 jan. 2025. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2025/01/video-de-nikolas-ferreira-sobre-fiscalizacao-do-pix-viraliza-em-meio-a-onda-de-fake-news.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

Com linguagem voltada ao engajamento por *reels*, no Instagram, o deputado não replicou nenhuma das informações falsas que vinham sendo veiculadas no período. No entanto, cometeu imprecisões no discurso, conforme mostrou reportagem da época do jornal Folha de S.Paulo⁷.

Em resposta, o governo publicou notas oficiais e postagens em redes sociais que visavam esclarecer que a Instrução Normativa não promovia nenhum tipo de tributação ao Pix⁸, bem como buscavam desmentir outras ideias falsas relativas à decisão. Uma das notas oficiais incluía uma entrevista com o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, que respondeu um ponto a ponto de dúvidas em torno do tema e das desinformações disseminadas. Apesar dos comunicados, as tentativas de esclarecimento feitas pelo governo federal não foram suficientes para reverter as repercussões populares e políticas. A má recepção pública levou a gestão de Lula a recuar da decisão e revogar a Instrução Normativa no dia 15 de janeiro de 2025.

Além do impacto sobre o debate público, o vídeo de Ferreira também acabou por turbinar o número de seguidores em seu perfil, tornando-o, à época, o segundo político mais seguido do país, alcançando 15,4 milhões de seguidores quatro dias após a publicação do vídeo – Ferreira possuía cerca de 12.331 milhões de seguidores no Instagram antes de publicar o vídeo. O crescimento fez com que o deputado ultrapassasse o próprio presidente Lula, cujos números se mantiveram praticamente estagnados nos 13.335 milhões registrados no início daquela semana. Em 25 de agosto de 2025, cerca de sete meses após a situação e a publicação do vídeo, o deputado segue à frente em números, com 18,3 milhões frente aos 13,8 milhões de Lula.

Após os episódios, em maio deste ano, o governo criou um Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria Nº 1, de 22 de maio de 2025 para lidar com deepfakes⁹.

⁷ NASSIF, Tamara. Vídeo de Nikolas Ferreira sobre fiscalização do Pix tem imprecisões sobre IR e efeitos para MEIs. Folha de S.Paulo. São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/01/video-de-nikolas-ferreira-sobre-fiscalizacao-do-pix-tem-imprecisoes-sobre-ir-e-efeitos-para-meis.shtml#erramos>>

⁸ Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2025/01/novas-regras-para-pix-nao-criam-tributos&sa=D&source=docs&ust=1757289182962505&usq=AOvVaw0m0wRm1uYw3jFKgTkazQ-p>>
Acesso em: 25 ago. 2025

⁹ Disponível em <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1-de-22-de-maio-de-2025-631519909>>
Acesso em: 16 ago. 2025

Conforme a publicação, o GT tem a finalidade de “avaliar o impacto de conteúdos sintéticos relacionados a pessoas naturais, gerados ou manipulados por tecnologias de Inteligência Artificial (IA), conhecidos como deepfakes e estudar o desenvolvimento de medidas para proteção de direitos fundamentais e contenção de fraudes e golpes.”

Em paralelo, porém em seara próxima da presente discussão, o governo pretendia enviar ao Congresso Nacional o chamado PL das bigtechs, que propunha, entre outros aspectos, a regulação dos conteúdos veiculados nas plataformas digitais, criando a obrigação de que as empresas responsáveis pelas redes a tomassem medidas para evitar que seus recursos fossem utilizados na aplicação de golpes e na disseminação de informações falsas. Em setembro deste ano, no entanto, o governo seguiu esta ideia, enviando ao Congresso apenas a parte do texto que regulava a concorrência no setor, elaborada pelo Ministério da Fazenda¹⁰.

O cenário é outro, quando comparado a 2022. Em 2024, o fenômeno do uso da IA reverberou a ponto de o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), proibir o uso de IA para propagação de conteúdos falsos nas eleições municipais. A tecnologia foi utilizada contra figuras políticas, como Tabata Amaral (PSB), então candidata à prefeitura de São Paulo. Foram veiculados conteúdo que forjavam imagens da deputada em poses sensuais¹¹. Outro episódio registrado à época, também com o recorte de gênero, foi contra a candidata à reeleição na prefeitura de Bauru (SP), Suéllen Rosim (PSD), que teve sua imagem manipulada, simulando fotos nuas.

A decisão inédita do TSE alterou a Resolução nº 23.610/2019, que trata de propaganda eleitoral, incluindo novidades que envolviam proibição das deepfakes, obrigação de aviso sobre o uso de IA na propaganda eleitoral, restrição do emprego de robôs para intermediar contato com o eleitor (a campanha não poderia simular diálogo com candidato ou qualquer outra pessoa), além de responsabilização das big techs que não returassem do ar, imediatamente, conteúdos com desinformação,

¹⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/09/governo-lula-sanciona-projeto-de-lei-de-protecao-a-criancas-na-internet.shtml>> Acesso em 13 out. 2025

¹¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/eleicoes-eua/noticia/2024/09/30/fakenudes-nova-ameaca-virtual-na-eleicao-pratica-criminosa-ja-foi-usada-contra-ao-menos-cinco-candidatas.ghtml>> Acesso em 13 out. 2025

discurso de ódio, ideologia nazista e fascista, além dos antidemocráticos, racistas e homofóbicos.¹²

Os episódios do recorte temporal aqui trazidos evidenciaram o quanto as redes sociais e a IA foram utilizados como ferramenta política, e principalmente, seus poderes de impactar diretamente em decisões governamentais, definição de popularidade de personalidades políticas e imagem pública. Com o avanço da discussão da regulamentação das bigtechs e seus interesses econômicos sobre as operações financeiras¹³, em paralelo a uma crescente de tecnologias como deepfake a perspectiva é de um aumento tanto da presença quanto da tentativa de controle dos novos braços tecnológicos no Brasil.

¹² Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/tse-proibe-uso-de-inteligencia-artificial-para-criar-e-propagar-conteudos-falsos-nas-eleicoes>> Acesso em: 13 out. 2025

¹³ Pix e WhatsApp Pay: EUA entram em campo, mais uma vez, para defender big techs. Disponível em: <<https://iclnoticias.com.br/economia/pix-na-mira-dos-eua-defesa-big-techs/>>. Acesso em: 14 out. 2025.